

A REFORMA DO ESTADO: QUAL A NATUREZA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NOS ANOS 1990?

Jonathas de Paula Chaguri¹

Juliana Reichert Assunção Tonelli²

Márcia Regina Cavalcante Bonadio³

RESUMO: A política educacional vem, ao longo dos últimos anos, sofrendo modificações em sua pauta de debates e redefinindo, na prática, certas questões pactuadas pelos educadores no período correspondente à década de 1980. Neste trabalho objetivamos demonstrar as análises da reforma do Estado que afetaram a política educacional nos anos 1990 e que contribuíram para modificar as formas de financiamento e de administração da Educação, onde as reformas adotadas pelos ideários do neoliberalismo servem como justificativa da responsabilidade do Estado pela crise que se havia instaurado e aclamado por uma reforma no Estado e em suas instituições. Assim, esperava-se corrigir algumas distorções e gerar eficiência, inserindo o Brasil nos moldes de produção capitalista. Portanto, o trabalho destaca conteúdos atribuídos à descentralização que foram bases que se inseriram em práticas governamentais de destituição

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; Docente no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campus de Paranavai - FAFIPA. E-mail: jochaguri@fafipa.pr.gov.br

² Doutoranda e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina - UEL; E-mail: teacherjuliana@uol.com.br

³ Discente especial do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM; Especialista em Controladoria; Docente Adjunta no Departamento de Ciências Contábeis e Administração de Empresas da Faculdade Integradas de Nova Andradina. E-mail: marciacavalcant@hotmail.com

de direitos, edificando, de certo modo, as consistências deste movimento que mantém como pilar central a lógica em racionar recursos do governo federal, para adotar como estratégia a descentralização, que resulta em um processo de terceirização e não de um conteúdo atribuído à autonomia e participação democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma do Estado; Política Educacional; Descentralização.

REFORM OF THE STATE: EDUCATIONAL POLICIES IN THE 1990s?

ABSTRACT: Over the last years, educational policies have been modified with regard to discussed items, and certain issues agreed upon by educators during the 1980s have been redefined. Current research analyzes the reforms brought about by the State that affected the educational politics in the 1990s, and which contributed towards forms of funding and administering the educational system. The neo-liberal reforms adopted justified the responsibility of the State for the established crisis and demanded reforms in the State and in its institutions. It was thus expected that distortions would be corrected and efficiency generated so that Brazil would be inserted within capitalist production. Current research highlights issues attributed to decentralization which foregrounded government policies that deprived people of their rights and somewhat constructed the consistencies of the movement. In fact, its central bases include the rationing of the federal government's resources to adopt a decentralization

strategy with the ensuing outsourcing, thereby shunning autonomy and democratic participation.

KEYWORDS: Reform of the State; Educational Policies; Decentralization.

INTRODUÇÃO

Na tentativa de configurar o cenário político educacional na década de 1990, faz-se necessário refletir sobre o fenômeno em seu movimento e evolução, e nada mais apropriado do que ir à sua gênese, em sua historicidade, mais precisamente na década de 1980, período este que culminou na democratização da escola e na formação do cidadão. É a partir do período em tela, conforme Orlandi (1990), que a história nos permite atingir o lugar da produção dos efeitos do sentido por meio do discurso, como forma de compreender o deslocamento que preside a produção de sua identidade.

Desta maneira, para que haja uma construção de enunciados dialógicos entre esta unidade temática – o texto – e o interlocutor, como forma de remeter a um novo dizer, isto é, a um processo de ir e vir de um enunciado remetendo a outro, sem haver, desse modo, limites para o contexto dialógico, que faz com que cada palavra venha com um novo aspecto de resposta e uma tomada de posição em relação ao já dito, movendo o universo de sentidos, é que tomamos como posição a face da história nos sentidos de se chegarem e transformarem em outros, abrindo uma especificidade a partir de uma formação histórica.

Portanto, como resultado a produção de sentidos dos discursos que se materializam na e pela história é que construímos um enunciado concreto

quanto ao que queremos dialogar – a política educacional nos anos 90. Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar o modo como o eixo da política educacional foi se configurando na década de 1990, em particular a redefinição do papel do Estado neste período para, posteriormente, discutirmos a política educacional no contexto do neoliberalismo, conceituando, portanto, a base do novo Estado democrático que se configura como sendo a descentralização.

2 A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO NA DÉCADA DE 1990

Nos anos 80 nos deparamos com uma sociedade bastante modificada. Segundo Neves (1994), a população brasileira conteve seu ritmo de crescimento, apresentando tendências a uma estabilidade, com base em níveis mais baixos de fecundidade e de mortalidade, que trouxeram, como resultado, o início do processo de transformação na estrutura da população, com redução relativa dos segmentos mais jovens e aumento considerável do número de idosos, fazendo acrescentar à problemática social mais um tema – a terceira idade. Além dessa e outras mudanças⁴ na sua composição, Neves (1994) ainda aponta que nossa população passou por um intenso processo de redistribuição espacial e ocupacional.

Nos anos 70 acelera-se e generaliza-se o processo de urbanização e, pela primeira vez na história brasileira, a população rural diminui em termos absolutos. Em 1986, 70% da população já residia em domicílios urbanos. Essa concentração urbana veio acompanhada, ainda, de uma redistribuição

4 Redução da família em relação ao seu número e o significativo aumento das mulheres na inserção ao mercado do trabalho viabilizando a elas responsabilidades como “chefe de família” e uma competitividade de igualdade no mercado profissional com os homens. (NEVES, 1994).

espacial no sentido das regiões de menor densidade demográfica (NEVES, 1994, p. 29).

Paralelamente, ocorreu uma redução drástica da população economicamente ativa localizada no setor primário da economia, enquanto aumentava a participação populacional nos setores secundários, terciário e governamental. O crescimento econômico teve a capacidade de absorver produtivamente uma grande parcela da mão-de-obra que afluía ao mercado urbano.

Todas essas mudanças na estrutura e na dinâmica da sociedade foram fortemente influenciadas pelas transformações operadas na nossa economia. Por isso, não resta dúvida de que o Estado militar-tecnocrático do período 1964/1985 promoveu um desenvolvimento das forças produtivas de tal ordem que alterou a posição brasileira na divisão internacional do trabalho (PERONI, 2003; DOURADOS, 2002; GOHN, 2009).

As políticas industrializantes do regime militar trouxeram como resultado a integração da estrutura produtiva brasileira – tendendo esta a mover-se hoje como um todo, sem que seja registrado qualquer foco particular de estrangulamento, nem mesmo na agropecuária – mas promoveram, também uma crise econômica e política que se veio estendendo e agudizando ao longo da década (NEVES, 1994, p. 31).

Em 1982 as eleições presidenciais dão vitórias a Tancredo Neves (1910-1985), o qual faleceu cinco semanas após a data prevista para início do seu governo, que, por ocasião, foi assumido pelo seu vice, José Sarney. Sem sucesso para lidar com os problemas econômicos permeados por tantos

planos da época⁵, o aprofundamento da crise econômica gera inúmeras consequências, tais como: a inflação desenfreada, aumento da dívida externa, agravamento das desigualdades, desemprego, desvalorização do salário, recessão, greves, corrupção, deterioração de serviços públicos e o desprestígio da credibilidade do governo.

É a partir da década de 80, portanto, que o cenário educacional foi impulsionado por uma mudança que pedia uma redemocratização da sociedade brasileira, a fim de gerar mudanças em todo plano educacional brasileiro. Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), para superação de um caminho de Educação autoritária e centralizadora, apresentava-se para o ensino público o princípio da gestão democrática, como forma de renovação dessa organização educacional.

Vale destacar que houve uma busca por um processo de revitalização no cenário educacional básico com a tentativa de superar o fracasso escolar da educação de primeiro grau para crianças carentes. Segundo Santos (2002), o terceiro *Plano Setorial de Educação, Cultura e Esportes* de 1980, que estabelecia a política educacional do governo Figueiredo, já reconhecia a crise no sistema educacional e, embora as medidas fossem simplórias, elas propunham um caminho para superação da crise. Ainda conforme Santos (2002), a política educacional do governo Sarney, exposta no documento *Educação para Todos* de 1985, preocupava-se com a universalização da escola, garantia de acesso de ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos. Além disso, enfatizava-se “a relação conhecimento/cultura, afirmando a importância social dos grupos dominados e de sua cultura, vista como elemento fundamental do processo de produção de conhecimento” (MOREIRA, 1990, p. 163). Embora tais preocupações estivessem sendo

5 Cruzado, Cruzado II e Bresser Verão.

colocadas em debates e em ações práticas, elas não demonstraram qualquer efeito prático no sentido de superação do problema. A década de 80, portanto, anunciou uma política que tinha como eixo principal a democratização da escola mediante a universalização do acesso à escola e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão.

As mudanças político-econômicas e culturais se intensificaram no Brasil na década de 1990, devido à crise do sistema capitalista. A introdução de mecanismo que viabilizem modelos de produção eficazes, a fim de atingir o controle do trabalho pelo modo de produção capitalista e, de certa forma, para preservar os interesses de organizações sociais é que garantem uma forma de reprodução no cenário mercantilista.

Como consequência ao caminho que o cenário político e social evidenciava nos anos 90, o Estado, em sua estrutura interna, configurava uma crise por causa do endividamento externo e também pelos ajustes macroeconômicos para um plano de estabilização econômica. Tudo isto gerou um novo redirecionamento nos âmbitos políticos, sociais e econômicos do Estado, para atender a nova forma de exigências do mercado, que se apresentava como um modelo de mercado capitalista.

As condições do capitalismo configuram uma forma econômica caracterizada por uma crescente socialização do processo de produção que coexiste com a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente (SAVIANI, 2008, p. 224).

É importante destacar que, conforme as asserções de Barroso (2005), Dourado (2002), Gohn (2009) e Poulantzas (1971), para que se consolide como padrão de Estado, o neoliberalismo utiliza recursos em que o Estado é o principal responsável pela crise do modo de produção capitalista;

assim, a ineficiência do Estado em atuar nos setores econômicos e sociais é agravada pelos gastos com os direitos sociais que, de certa forma, provocaria a crise do capital.

O Capitalismo é convencionalmente entendido como o sistema econômico no qual empresas privadas são coordenadas pelo mercado. Nesta definição, o Estado é um corpo estranho. O capitalismo seria apenas a soma das empresas capitalistas coordenadas pelo mercado (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 4).

Ao se diagnosticar as propostas da década de 1990 sob o prisma de um processo capitalista, nota-se que tal processo é compartilhado por duas orientações políticas: o neoliberalismo e a terceira via. Tendo em vista essas duas orientações, entende-se que “para teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado” (PERONI; ADRIÃO, 2005, p. 138).

Consequentemente, a estratégia adotada para a superação da crise seria a reforma do Estado por meio da diminuição de sua atuação, isto é, com a “privatização e redução do tamanho do Estado, estaria se reduzindo o gasto público e eliminado o déficit público, os grandes vilões da inflação” (SANTOS, 2002, p. 99).

De acordo com Bresser Pereira (1997), somente um Estado que seja burguês é capaz de garantir as condições necessárias para a reprodução das relações de produção capitalista. Assim, ao se ter a necessidade de um Estado em geral e, de um Estado burguês, consequentemente é revisto o lugar do Estado, sendo este uma reprodução de modelo social, pela qual “o Estado em relação à economia nada mais é que a modalidade de uma presença constituinte do Estado no seio das relações de (re) produção”

(POULANTZAS, 1985, p. 21).

Por conseguinte, Poulantzas (1971) esclarece que os neoliberais afirmam que a reconfiguração no cenário educacional na década de 1990 somente poderá ser revertida se o mercado retomar a direção da economia e propiciar estratégias de consolidação da atual configuração no modo de produção capitalista.

É certo que o conceito de Estado capitalista implica uma função específica da ideologia política, uma forma de poder que se funda num <<consentimento>> particularmente organizado e dirigido das classes dominadas; contudo, o caráter do Estado capitalista, que aqui nos ocupa, não se limita apenas ao condicionamento ideológico. A noção de interesse geral do <<povo>>, noção ideológica, mas que recobre um jogo institucional do Estado capitalista denota um facto real: esse Estado permite, pela sua própria estrutura, as garantias de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrárias ao interesses econômicos em curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com os seus interesses políticos, com a sua dominação hegemônica (POULANTZAS, 1971, p. 11).

Deste modo, o neoliberalismo tem como objetivo gerar uma necessidade de reforma do Estado e das instituições educacionais para aumentar a produtividade do Brasil e, conseguintemente, inserir o país em uma reorganização do modo de produção capitalista. Portanto, ao considerarmos a educação como parte do Estado capitalista, devido a sua constituição a educação passa a ser um campo também de reforma do Estado, uma vez que os adeptos desta nova reforma, como os neoliberais, alegam que o fracasso escolar é atrelado à ineficiência do modelo escolar, fruto de um Estado mal reestruturado. Contudo, é essencial destacar duas

causas que levam à crise do Estado.

A primeira deve-se a um excessivo gasto governamental gerado pela permanente necessidade de se legitimar por meio do atendimento às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal. A segunda causa encontrava-se no papel regulador desempenhado pelo Estado na esfera econômica, prática que atrapalhava o livre andamento do mercado (PERONI; ADRIÃO, 2005, p. 138). [grifos nossos].

O neoliberalismo atribui ao mercado ser como forma de superar as falhas do Estado, adotando, na gestão de instâncias sociais, empréstimos sob a lógica mercantil como forma de deixá-las mais eficientes e produtivas. Portanto, como uma suposta condição para a crise do Estado havia duas prescrições, que Peroni e Adrião (2005) conceituam sendo como a racionalização de recursos (diminuição das políticas sociais existentes) e o esvaziamento do poder das instituições governamentais (instituições democráticas – permeáveis às pressões e demandas da população que acabam perdendo sua eficiência ao serem comparadas às de mercado). Como consequência, “o papel do Estado para com as políticas sociais seria completamente alterado” (PERONI; ADRIÃO, 2005, p. 138).

Seguindo esta perspectiva, o neoliberalismo sugere duas estratégias: a primeira seria transferir a responsabilidade da execução e do financiamento das políticas para o mercado utilizando como meio a privatização de setores da estrutura estatal. A segunda estratégia situa-se na condição de se manter, no âmbito do Estado, uma introdução da lógica mercantil em seu funcionamento.

O incentivo a processos concorrências entre setores da atividade pública ou

entre estes e setores privados, tanto para angariar subsídios públicos para a oferta de seus serviços, quanto para legitimar as mudanças organizacionais no interior da esfera estatal resultantes da introdução da lógica mercantil (PERONI; ADRIÃO, 2005, p. 139).

O Estado buscou possibilidades da redefinição de políticas estatais adequando a racionalidade econômica aos processos coletivos de tomada de decisão, nos quais se inscrevem a gestão da esfera pública, para diminuir os aspectos externos da política, uma vez que elas prejudicariam os resultados.

3 AS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL NOS ANOS 90

Fica perceptível que na última década a América Latina vivenciou um forte movimento governamental “em direção à reforma dos sistemas educacionais de diferentes países” (BRONCKART; MACHADO, 2004, p. 141). Em consonância com Gentili (1998), o autor acentua que houve o surgimento de novas demandas sociais para o ensino e para o trabalho do professor, caracterizando um diagnóstico de crise do sistema educacional.

Diante de tais argumentos, Bronckart e Machado (2004) afirmam ter ocorrido uma aceitação quase consensual nas propostas de modificações nas bases estruturais do setor. Neste caso, essas bases revelam as suas características neoliberais, com modificações no âmbito educacional, obedecendo ao que Gentili (1998, p. 142) coloca como “duas lógicas aparentemente contraditórias: ao mesmo tempo, de centralização e de descentralização.” Centralização no que tange ao controle pedagógico, em relação ao currículo, à avaliação do sistema e à formação dos professores

e descentralização dos recursos monetários e da gestão do sistema. Conforme explica Chaguri e Tonelli (2011), a descentralização do ensino inicia-se com a transferência de encargos e deveres do governo federal para os estados e municípios, acontecendo em diferentes níveis e envolvendo a estadualização de programas e projetos e, claro, a municipalização do Ensino Fundamental e dando maior autonomia à unidade escolar e passando a exigir da escola novos papéis. Com a estratégia política de descentralização para o Ensino Fundamental, os municípios passam a ter responsabilidade do Plano Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar); e do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (TV Escola, Programa de Apoio Tecnológico e Programa Dinheiro Direto na Escola) (PERONI, 2003; CHAGURI; TONELLI, 2011).

O planejamento de parte do orçamento anual da escola como a prioridade de gastos, a elaboração do calendário escolar são alguns dos exemplos dessas responsabilidades da escola. Contudo, apesar das escolas passarem a ter mais poder de decisões para resolver questões do cotidiano, essa abertura para “autonomia escolar” impulsiona as escolas a buscarem complementação orçamentária junto à iniciativa privada e a visarem outras contribuições da população (CHAGURI; TONELLI, 2011).

O movimento de centralização/descentralização da atual política educacional, no qual é descentralizado o financiamento e centralizado o controle, é parte da proposta de redefinição do papel do Estado, o que pode ser constatado no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (BRASIL, 1995).

Em conformidade com vários autores, como Almeida Júnior (2002), Bronckart e Machado (2004), tais teóricos alinham a este pensamento o fato de que o Estado assumiu o papel de estabelecer os objetivos do sistema

educacional e de definir os critérios de qualidade colocados como padrão. Aos professores e às instituições escolares coube “o papel de decidir a forma como responder às expectativas governamentais” (BRONCKART; MACHADO, 2004, p. 142).

Assim, a segunda orientação política, que identifica a crise do capitalismo como resultado da crise do Estado, surgiu como resposta por volta do início dos anos 1990. Compartilhando da mesma característica do neoliberalismo para a crise, “a nova forma de trabalhismo inglês *new labor* de Tony Blair adotou o que aqui se convencionou chamar de terceira via” (PERONI; ADRIÃO, 2005, p. 140). Ao se fundamentar a uma estrutura de pensamento e prática política, a Terceira Via tem como objetivo adaptar a social-democracia às transformações das últimas décadas do mundo. Como resultado, a tentativa de transcender o velho estilo quanto ao neoliberalismo, estaria sendo proposta uma constituição de um novo Estado, desta vez, democrático, a partir de uma base que mudaria a política educacional no Brasil focalizando as políticas públicas.

A Terceira Via, ou o terceiro setor, refere-se a esferas da sociedade que não se encontram no mercado e muito menos no Estado. Desta forma, há um consenso, (BATISTA, 1994; PERONI, 2000; 2003; PERONI; ADRIÃO, 2005; OLIVEIRA, 2009) com relação à tendência de transferência da responsabilidade sobre a oferta de políticas sociais da esfera estatal para instâncias de natureza privada dos mais diversos formatos: sociedade sem fins lucrativos, empresas, fundações e outros. É delegada aos próprios indivíduos a responsabilidade pelo atendimento das demandas sociais que, em resposta, busca atendê-las através de atividades beneméritas e ao mesmo tempo, no âmbito do Estado, as políticas sociais têm seu tratamento alterado para descentralizar os níveis locais das esferas governamentais a fim de ter uma natureza menos universalista.

Por conseguinte, o novo formato para o trato da questão social, e também da educação, impõe a transferência de fundos públicos para o setor privado, já que o terceiro setor, em geral, não tem condições de autofinanciamento. Assim, é perceptível que esta transferência chamada de parceria entre o Estado e a sociedade civil, com o Estado contribuindo financeiramente e legalmente a fim de propiciar a participação da sociedade civil (PERONI 2003; PERONI; ADRIÃO, 2005).

O Estado [...] é mínimo apenas para as políticas sociais, pois, na realidade, o Estado é máximo para o capital, porque além de ser chamado a regular as atividades do capital corporativo, no interesse da nação, tem, ainda, de criar um ‘bom clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transnacional e conter [por meios distintos dos controles de câmbio] a fuga de capital (PERONI, 2000, p. 55).

Neste contexto, a política educacional será uma parte da reforma do Estado que busca racionalizar recursos, diminuindo o papel do Estado no que se referem políticas sociais. Contudo, o governo federal tem como proposta lidar com a crise do capital que envolve juros altos e a especulação do capital. Por isso, o endividamento interno e externo tem aumentado provocando uma crise fiscal nos estados e municípios. Assim, é paradoxal propor a municipalização das políticas sociais, num momento em que os municípios estão tendo, como principal preocupação, saudar suas dívidas. Segundo afirma Peroni (2000, 2003), as propostas de projetos educacionais e a redefinição do papel do Estado torna-se corpo nos movimentos de centralização/descentralização dos projetos de política educacional, como também, no conteúdo de seu processo.

3.1 A ESTRATÉGIA DE UM NOVO ESTADO PARA DESCENTRALIZAÇÃO

No momento particular a respeito do capitalismo, a descentralização na política educacional é um dos pontos fundamentais da proposta da reforma do Estado no Brasil. De acordo com os pressupostos de Peroni (2000; 2003), Peroni e Adrião (2005), Merege (1998) e Laurell (1995), hoje o Estado está descentralizando as políticas na educação e tentando retirar sua responsabilidade para poder transferir à sociedade tarefas que eram suas no que se refere às políticas públicas e, principalmente, às políticas sociais.

Desse modo, como norte inicial, cumpre-nos retratarmos o Brasil como um *locus* de transformação político-econômica e social, focado na evolução e organização econômica a fim de possuírmos informações, que julgamos necessárias para dialogarmos a respeito das consequências da centralização/descentralização, que, conseqüentemente, aferiu a política educacional no país na década 1990 com a reforma do Estado.

A descentralização da educação, portanto, é definida em três dimensões: administrativas, financeira e pedagógica (OLIVEIRA, 2005). O processo de descentralização é justificado como medida de democratização da educação e instrumento de maior racionalização de sua gestão. Conseqüentemente, os novos modelos de gestão do ensino público que está fundado em processos mais participativos e descentralizados de administração dos recursos e das responsabilidades deram maior autonomia à unidade escolar e passaram a exigir da escola novos papéis.

Para a implantação desses modelos fundamentados na flexibilidade administrativa da educação pública foi necessário um processo de desregulamentação para que as escolas se investissem de maior autonomia

institucional para lidar com a administração e captação dos recursos. Esses modelos foram apresentados como medidas que buscavam a melhoria da qualidade na educação e maior democratização, com um entendimento de que a qualidade educacional é um objetivo mensurável e quantificável em termos estatísticos, e poderá ser alcançada a partir de inovações incrementais na organização e gestão do trabalho na escola (OLIVEIRA, 2009, p. 10).

A partir do pressuposto acima, percebe-se que a escola passa a ter maior autonomia na ampliação das responsabilidades e decisões em suas unidades escolares. O planejamento de parte do orçamento anual da escola como a prioridade de gastos, a elaboração do calendário escolar são alguns, dos exemplos dessas responsabilidades da escola. Contudo, o que se deve chamar a atenção, é o fato de que apesar das escolas passarem a ter mais poder de decisões para resolver questões do cotidiano, essa abertura para autonomia escolar impulsiona “as escolas a buscarem complementação orçamentária junto à iniciativa privada e a visarem outras contribuições da população” (OLIVEIRA, 2009, p. 10). O que se pretende de fato, é que a reforma do Estado e do governo passe a ser um princípio orientador básico da política da terceira via, ou seja, o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para promover e incentivar o desenvolvimento em geral da comunidade, mas sem romper com as características do neoliberalismo, utilizando a terceira via como uma estratégia de deslocamento da social-democracia unindo-se a elementos básicos do neoliberalismo.

No momento particular a respeito do capitalismo, a descentralização na política educacional é um dos pontos fundamentais da proposta da reforma do Estado no Brasil, pois o movimento de centralização/descentralização da atual política educacional é descentralizado no financiamento e

centralizado no controle.

Assim, a constituição de um novo Estado estaria proposta por um uma base descentralizadora.

A descentralização do poder, agora entendida como a relação entre Estados-nações no contexto de economias globalizadas; o aumento da eficiência na ação governamental como forma de afirmar a competência do Estado na sociedade de mercado; a dupla democratização, representada, de um lado, pela ampliação de mecanismos de democracia direta e da descentralização do poder para esferas locais, e de outro, pela possibilidade de tais mecanismos interferirem de fato nas decisões, agora globais; a renovação da esfera pública através do aumento da transparência; e o Estado disposto a atuar como administrador de riscos, o que significa expor suas opções de políticas ao debate público e submeter-se a ele (PERONI; ADRIÃO, 2005, p.141). [grifos nossos]

O governo federal desobriga-se dos financiamentos da política educacional porque teria que racionalizar recursos. No entanto, centraliza-se nas diretrizes como, por exemplo, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pois o objetivo dos PCN era centralizar uma forma de controle e, ao mesmo tempo, descentralizar para a terceirização (terceira via) e não para participação e controle social das unidades representativas no âmbito da educação.

O Estado está centralizando o controle, principalmente através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e descentralizando o financiamento da educação, sobretudo através do Fundef e do repasse de dinheiro direto para as escolas (PERONI, 2003, p. 71).

O governo federal teve importante participação no financiamento da infraestrutura tais como: formação de professores, criação, ampliação e manutenção das escolas e apoio técnico. Como destaca Oliveira (2009), um dos traços marcantes desta nova regulação é a transferência da responsabilidade pela oferta educativa dos municípios.

Essa municipalização forjada na realidade [...] em grande medida ensejada pelas orientações e programas propostos pelos organismos internacionais, ao mesmo tempo em que apresentava medidas mais democráticas, descentralizadoras e capazes de atribuir maior autonomia ao nível local, também representou desresponsabilização e descomprometimento do poder público com a oferta educativa (OLIVEIRA, 2009, p. 18).

Diante desta perspectiva, a política educacional desvirtua a concepção de descentralização como sinônima de democracia e de autonomia como possibilidade de participação nas tomadas de decisões no que concerne à Educação. Ao invés de se possibilitar a participação da comunidade local pautado em uma autonomia, para decidir a respeito de aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos, exigindo do Estado recursos financeiros e apoio técnico-financeiro para se consolidar uma escola pública com qualidade, o Estado tem utilizado a autonomia e a participação das escolas como descentralização de estratégias políticas para transferir a responsabilidade da Educação para empresas não estatais.

A adoção dos PCN é explicitada, segundo Peroni (2003), como medida para tornar a educação mais competitiva, produtiva, mais sintonizada com as demandas das empresas e indústrias, ou seja, em sintonia com os princípios neoliberais ditados por organizações internacionais⁶ tais como

6 A criação dos organismos financeiros internacionais destina-se a equalizar diferenças entre países que necessitam de recursos financeiros para o seu desenvolvimento. Uma dessas organizações

Banco Mundial, BIRD, UNAID, ONU, entre outros, a fim de que seus princípios pudessem ser adotados em um modelo centralizado de currículo que atendessem as especificidades ditadas para as condições de educação e trabalho com a redefinição do papel do Estado. Um aspecto que foi, também, decisivo na política brasileira da década de 1990 foi a presença marcante de organismos multilaterais como a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), nos primeiros anos da década, e pelo Banco Mundial, a partir de 1995, pela qual esses organismos internacionais influenciaram com algumas propostas, propiciando que o Estado tivesse que reduzir os gastos, sendo um deles os custos destinados à Educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980 foi um período bastante marcante para a história do século XX, segundo o ponto de vista dos acontecimentos políticos e sociais: é eventualmente considerada como o fim da idade industrial e início da idade da informação. Foi um período de democratização da escola mediante a universalização do acesso à escola e a gestão democrática tendo como principal atenção a formação do indivíduo. Já nos anos de 1990 configurou-se uma política educacional brasileira, no âmbito do contexto neoliberal, e suas incongruências no que tange os objetivos traçados para a Educação. Por conseguinte, procurou-se configurar as inconsistências

foi o Banco Mundial que assumiu papel de interventor nas políticas públicas de países que a ele recorriam para obter financiamento. Na América Latina, nos anos 1970, o foco foi o ensino profissional, nos anos 1980, a formação de professores leigos, nos anos 1990, a expansão do ensino fundamental. Com o advento das políticas neoliberais, nos anos 1990 e início de 2000, a influência dos organismos internacionais tornou-se explícita e ganhou legitimação por parte do Governo brasileiro. O Banco Mundial chegou ao interior das escolas públicas por meio de programas, projetos e planos elaborados por seus técnicos e conselheiros e endossados pelo Ministério da Educação, separando o pensar e o fazer. A comunidade escolar era apenas informada sobre os programas, projetos e planos, recebendo orientações necessárias ao preenchimento de formulários e à prestação de contas (CHAGURI, 2010).

do movimento de descentralização da educação, que mantém a base de sua lógica na necessidade do governo federal em racionalizar recursos e de certo modo, configurando na descentralização um cenário de terceirização, e não de uma representação autônoma, democrática e participativa.

Os organismos internacionais (BIRD, UNAID, ONU, CEPAL, BANCO MUNDIAL), que interferem nessas políticas, recomendam que os países diminuam os custos relacionados com os serviços de assistências sociais, como, exemplo, a educação, a fim de que a sociedade civil possa compartilhar com esse serviço. Assim, o Terceiro Setor passa a ter uma participação importante na sociedade, até porque se parte do princípio que a privatização da educação é um dos elementos articuladores da descentralização do Estado com o ensino público. O Estado transfere as responsabilidades de execução para a sociedade civil sem fins lucrativos, com a finalidade de atender ao setor público e promover o serviço de assistência social. É por isso que o Estado mantém a centralização de suas diretrizes, tendo como um dos exemplos a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e, logo, descentraliza de sua responsabilidade como Estado com as obrigações sociais.

Dentre tantas mudanças, a privatização é um dos principais pilares dessas reformas, fazendo-se necessário analisar a gestão dessas políticas relacionadas ao Terceiro Setor na Educação e que a sociedade possa ter conhecimento dessas reformas ocorridas na contemporaneidade.

Portanto, por meio das asserções discutidas neste trabalho, para configurarmos uma trilha em torno do que dialogamos neste texto – a natureza política educacional dos anos 1990 – queremos enunciar no campo das políticas de descentralização do governo duas reflexões: o setor privado estará prestando um serviço útil para sociedade ou está simplesmente desenvolvendo um negócio à custa dessas necessidades?

Embora as ações discutidas neste texto sejam ainda nortes iniciais, acreditamos que, a partir das asserções questionadas a respeito da reconfiguração da política educacional na década de 1990, tais questionamentos já são alguns enunciados concretos, com um começo e um fim determinado possíveis de serem discutidas em um ambiente que se torne menos complicado e, sobretudo, mais complexo na estrutura do nosso sistema educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, V. P. A Avaliação da Educação Superior no Contexto de Políticas Educacionais. In: SOBRINHO, D. J; RISTOFF, D. I. (Orgs). **Avaliação Democrática** - Para uma Universidade Cidadã. Florianópolis, SC: Insular. 2002. p. 165-184.

BARROSO, J.. O Estado, A Educação e a Regulação das Políticas Públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005.

BATISTA, P. N.. **O Consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 3. ed.. São Paulo, SP: Consulta Popular, 1994. (Caderno n. 7).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, DF: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

BRESSER PEREIRA, L. C.. A Reforma do Estado dos Anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. 1997.

_____. **Estado, Aparelho do Estado e Sociedade Civil.** Brasília, DF: ENAP, 1995.

BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R.. Procedimentos de Análise de Textos sobre o Trabalho Educacional. In: MACHADO, Anna Rachel (Org.). **O Ensino como Trabalho:** uma abordagem discursiva. Londrina, PR: EDUEL, 2004. p. 131-158.

CHAGURI, J. P.. **As Vozes de uma Política de Ensino de Língua Estrangeira Moderna na Educação Básica do Estado do Paraná.** 2010. 180fbs. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: UEM, 2010.

CHAGURI, J. P.; TONELLI, J. R. A. (Orgs.). Existe uma Política de Ensino-Aprendizagem de Língua Estrangeira para Crianças? In: CHAGHURI, J. P.; TONELLI, J. R. A.. **Ensino de Língua Estrangeira para Crianças:** o ensino e a formação em foco. Curitiba, PR: Appris, 2011. p. 21-36.

DOURADO, L. F.. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.

GENTILI, P.. **A Falsificação do Consenso:** simulacro e imposição na reforma do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

GOHN, M. G. M.. Lutas e Movimento pela Educação no Brasil a partir de 1970. **Ecos – Rev. Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-38, 2009.

LAURELL, A. C.. Avançando em Direção ao Passado: a política social do

neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo, SP: Cortez, 1995. p. 151-224.

MELO, A. L. A.. Federalismo, Governabilidade e Gestão Orçamentária. **Revista Mediações Londrina**, v. 10, n. 2, p. 199-218, 2005.

MEREGE, L. C.. **Terceiro setor: reflexões sobre o marco legal**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MOREIRA, A. F. B.. **Currículos e Programas no Brasil**. São Paulo, SP: Papirus, 1990.

NEVES, L. M. W.. **Educação e Política no Brasil de Hoje**. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, D. A.. Política Educacional e Regulação no Contexto Latino-Americano: Argentina, Brasil e Chile. **Rev. Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 28, p. 1-20, 2009.

_____. A Educação nas Políticas Sociais Atuais: entre a focalização e a universalização. **Rev. Linhas Críticas**. Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, 2005.

ORLANDI, E. P.. **Terra à Vista**. São Paulo, SP: Unicamp/Cortez, 1990.

PERONI, V.. **Política Educacional e Papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo, SP: Xamã, 2003.

_____. O Estado Brasileiro e a Política Educacional dos Anos 90. In: ANUÁRIO GT ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL POLÍTICAS, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, 2002. **Anais...** Goiânia, GO: GEV, 2000. p. 51-68.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. Público Não-Estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: _____; _____. (Org.). **O Público e o Privado na Educação: interfaces entre o Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 137-153.

POULANTZAS, N.. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 2. ed.. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1985.

SANTOS, K. C.. **Construção Multicultural**: Reflexões sobre políticas alternativas para o ensino de língua estrangeira. 2002. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: USP, 2002.

Recebido em: 17 Fevereiro 2010

Aceito em: 17 Agosto 2011